

SOCIEDADES DO DESAPARECIMENTO¹

Jonnefer Francisco Barbosa²

Resumo:No atravessamento das relações de poder em torno do corpo (disciplinas) e das populações (biopoder), a conferência propõe uma problematização das continuidades e rupturas operadas pela emergência das sociedades do desaparecimento nos dispositivos mais recentes de governamentalidade: vida sem rastros, territórios sem povos (novos tratamentos para a questão dos refugiados) e cripto-polícia são alguns dos conceitos que usaremos para pensar a questão contemporânea do governo, usando linhas de fuga e um diálogo crítico com as pesquisas de Foucault e Deleuze e seus desdobramentos produtivos em Agamben e Lazzarato.

Palavras chave:Desaparecimento, cripto-polícia, territórios sem povos

Resumem:Mas allá de las relaciones de poder alrededor del cuerpo (disciplinas) y de las poblaciones (biopoder), la conferencia propone un cuestionamiento de las continuidades y rupturas operadas por la emergencia de sociedades de la desaparición en los reciente dispositivos de gubernamentalidad: la vida sin rastros, territorios sin personas (nuevos tratamientos para la cuestión de los refugiados) y la cripto-policía son algunos de los conceptos que utilizamos para pensar el tema contemporáneo del gobierno, usando y problematizando líneas de fuga de las filosofías de Foucault y Deleuze, en diálogo crítico com las lecturas de Agamben y Lazzarato.

Palabras claves: Desaparición, cripto-policía, territorios sin personas

¹ Texto inédito em português da conferência realizada em 28/09/16 na mesa “Gubernamentalidad y Subjetivación” nas II Jornadas Transdisciplinares de Estudios en Gubernamentalidad “Prácticas de subjetivación y derivas de la Gubernamentalidad”, em Santiago, Chile.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-SP. email. jfbarbosa@pucsp.br

A biopolítica ainda é um conceito operativo para pensar as novas formas de governamentalidade atreladas ao capitalismo financeiro?

A Estatística como conceito surge apenas no século XVIII, em termo formulado por Gottfried Achenwall em 1749, na tradição das “notitia rerum publicarum”. Esta nomenclatura, *Statistik*, referindo-se à estruturação de um campo específico de saber, conhecimento do Estado, consolida um importante deslocamento, operado ainda no século XVII, nas técnicas governamentais e na nova definição de uma razão de Estado: ao soberano não caberá apenas o conhecimento das leis, ou o domínio virtuosístico de uma sabedoria prática que conduza suas ações diante da fortuna, mas, como aduz Michel Foucault no curso de 1977-1978, intitulado “Segurança, território, população”, a Estatística passa a designar o conhecimento da própria realidade do Estado, em seus elementos constituintes:

Etimologicamente, a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, corpus de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado (p. 365).

O dispositivo da estatística surge na pesquisa foucaultiana como um problema preliminar à análise da emergência do governo biopolítico das populações, ou seja, a passagem da anátomo-política do corpo, das técnicas punitivas e disciplinares, para as técnicas de segurança atreladas a uma biopolítica da espécie, ou como afirma o próprio Foucault em uma entrevista para revista *Quel Corps*, em setembro de 1975:

(...) é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. E é esse corpo que será preciso proteger de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos degenerados” (Foucault, 1977).

O conceito de população passa a ser um operador analítico importante para Foucault pensar a sobreposição e concomitante complementariedade do governo biopolítico em relação às técnicas punitivas e disciplinares. Como se pode ler o exemplo das cidades operárias do século XIX no curso de 1975-1976, “Em defesa da Sociedade”: enquanto a anátomo-política tratou de “controles disciplinares sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo),” com a “normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial das cidades” (Foucault, 1976, p. 299), o governo biopolítico implica uma gama de mecanismos regulamentadores “que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao habitat, à localização do habitat e, eventualmente, à sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exerce sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade etc.” (Foucault, 1976, pp. 299-300).

Em uma conferência de 1987, Gilles Deleuze, ao comentar os conceitos foucaultianos, afirmava a prevalência das sociedades de controle diante das sociedades de soberania e das disciplinares. Sociedades de controle, termo deleuziano para o que Foucault analisou como o governo biopolítico, apresentam linhas de fuga em relação aos quadrantes disciplinares, ou seja, ao conceito moderno de território e sua específica modulação da cidade como espaço de fechamento (em termos urbanísticos, o fechamento, mesmo que sempre relativo, pode representar desde as muralhas das cidades medievais à distinção moderna entre campo e cidade, a polaridade espaço urbano e espaço rural). As metrópoles expõem um nivelamento entre campo e cidade, dentro e fora, são dispositivos que superam a própria dicotomia do fechamento-abertura. O controle, distinto da disciplina, não mais necessita de enclausuramentos e coloca em xeque instituições como a fábrica, a escola e os hospitais.

Entramos então em sociedades de controle que diferem em muito das sociedades de disciplina. Aqueles que velam por nosso bem não têm ou não terão mais necessidade de meios de enclausuramento. Hoje todos eles, as prisões, as escolas, os hospitais, são temas de discussão permanente. Não seria melhor estender o tratamento aos domicílios? Sim, esse é sem dúvida o futuro. As oficinas, as fábricas não comportam mais empregados. Não seria melhor regimes de empreitada e de trabalho a domicílio? Não existem outros meios de punir os infratores senão a prisão? As sociedades de controle não

adotarão mais os meios de enclausuramento. Nem mesmo a escola. Vale a pena investigar os temas que nascem, que se desenvolverão em 40 ou 50 anos e que nos explicam que o espantoso seria conjugar escola e profissão. Seria interessante saber qual será a identidade da escola e da profissão ao longo da formação permanente, que é o nosso futuro e que não implicará necessariamente o reagrupamento de alunos num local de clausura. Um controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e “livremente”, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro. (Deleuze, 1986, p. 300).

Em sociedades de controle, a cidade cede lugar à metrópole, o trabalhador fordista é substituído pelo empresário de si. As escolas iluminista e positivista são suplantadas pelas tecnologias educacionais, a medicina centralizada no hospital é substituída pela descentralidade dos dispositivos farmacológicos e das intervenções clínicas, etc.

A gestão governamental de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução e a fecundidade de uma população, levam Michel Foucault à hipótese, exposta no curso de 1976, de um “excesso do biopoder sobre o poder soberano” no século XX, com a possibilidade técnica e política não só de organizar a vida, mas de fazê-la proliferar, ou de fabricar algo vivo e no limite monstruoso, como armas biológicas (cf. Foucault, 1976, p. 303).

Foucault identificará como um exemplo deste excesso o dispositivo atômico, ao ponto de identificar um paradoxo incontornável na governamentalidade biopolítica ao pensar a particularidade das armas atômicas: o poder que se exerce com os dispositivos atômicos é capaz de suprimir a vida e, simultaneamente, de se auto-suprimir como poder de assegurar a vida. “Ou ele é soberano, e utiliza a bomba atômica, mas por isso não pode ser biopoder, poder de assegurar a vida, como ele o é desde o século XIX” (Foucault, 1976, p. 303).

Estaríamos aqui diante de uma aporia, mesmo que hipostasiada ou pouco problematizada em Foucault, atestando o limite dos conceitos vinculados à governamentalidade biopolítica quando aplicados a um evento concreto, - um ponto fora da curva no poder soberano de vida e morte até então presente na tradição jurídico-política, mas também das sociedades disciplinares e de controle -, isto é, os ataques nucleares norte-americanos de agosto de 1945?³

³ As atrocidades dos campos de concentração e de extermínio ainda podem ser pensadas a partir de um enquadramento disciplinar e biopolítico, porém são necessários novos conceitos para pensar o horror das bombas atômicas, que no instante de sua explosão podem simplesmente desintegrar milhares de seres humanos e devastar o ambiente onde são lançadas.

Mesmo reconhecendo a importância dos diagnósticos foucaultianos, ao armarmos seus marcos conceituais em novos arranjos e contextos (a famosa imagem da caixa de ferramentas), evidencia-se possível afirmar que há paradoxos que não conseguem ser respondidos adequadamente pelo conceito de biopoder. A hipótese de nossa pesquisa é a de que o conceito de governo biopolítico (para além de suas dimensões políticas e teóricas decisivas no pensamento contemporâneo, e não apenas no enquadramento dado pelas pesquisas de Michel Foucault no fim da década de 70), deve ser complementado por uma análise das novas configurações de governo presentes em um contexto de capitalismo digital financeiro-especulativo, que se caracteriza sobretudo por uma governamentalidade pós-populacional.

Das “sociedades de controle” às “sociedades do desaparecimento”

Assim como as sociedades de soberania e disciplinares, as sociedades de desaparecimento não surgem de forma *a priori*, a-histórica. Há uma inegável produção de desaparecimentos que compõe a história da política moderna. Não a vida nua, em termos agambenianos, muito menos a politização da vida biológica, como na formulação de Foucault. As técnicas de desaparecimento produzem uma “vida que não deixa rastros”. O desaparecido não é um corpo sujeito à punição de um soberano ou às disciplinas que o sujeitarão.

Diacronicamente, a vida sem rastros expõe uma paradoxal contra-história da política no Ocidente, possibilitando nela incluir desde a história sem rastros dos mortos nos navios negreiros⁴, também chamados pelos portugueses de navios tumbeiros, no longo período que compreende os séculos XVI a XIX, aos desaparecidos políticos na ditaduras latino-americanas a partir dos anos 60, passando pelos assassinados pelo narcotráfico ou por grupos militares e paramilitares de extermínio: os esquadrões de morte. O conceito de desaparecimento é indispensável para compreender o contexto político latino-americano. Tomando apenas o contexto brasileiro como exemplo, é impossível estabelecer uma análise minimamente crítica sobre questões de governamentalidade sem analisar a presença oculta, porém constante, não apenas dos extermínios, mas das valas comuns como zonas de

⁴ É lamentável que a filosofia política contemporânea tenha hipostasiado a questão da escravidão em seu suposto (carregado de “era uma vez”), retorno aos gregos... De Arendt a Rancière.

desaparecimento de vestígios. Aqui as técnicas de governo passam ao largo das instituições e estatísticas oficiais.

Será preciso ao observador dar conta (ou arriscar-se) a pesquisar as - cada vez disseminadas - valas comuns de cemitérios das periferias, os chamados cemitérios de indigentes, como o Cemitério São Luís entre o Capão Redondo e o Jardim Ângela, na cidade de São Paulo, também chamado de cemitério dos homicídios, inaugurado em 1981, que possui 326 mil metros quadrados (só perdendo em extensão para o Cemitério da Vila Formosa, maior da América Latina, com 763 mil metros quadrados). Em 1996, a ONU declarou a região do Jardim Ângela como a área mais violenta do mundo, superando os índices na Cali, que na época vivia um pico de conflitos ligados ao narcotráfico. Segundo Mori “no começo da década, eram feitos de 800 a 1000 sepultamentos por mês, 90% mortos de forma violenta. Era tanta gente enterrada no mesmo dia que os funcionários nem se davam ao trabalho de fechar as covas, porque teriam que ser reabertas logo em seguida.”⁵ Nos assim intitulados “cemitérios de indigentes” como o São Luís, segundo uma regra municipal, após três anos os cadáveres são exumados e enviados a centenas de ossários para dar espaço para novos sepultamentos, em uma política de reutilização das covas.⁶

Em 1971, durante a ditadura militar, foi construído no bairro de Perus, um cemitério de indigentes chamado Dom Bosco, que passou a receber cadáveres de pessoas não identificadas, pobres, mas também vítimas da repressão política. Segundo Edson Teles:

em 1990, no dia 4 de setembro, foi aberta a vala de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo. Lá foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte. Fazia parte do projeto original do cemitério a implantação de um crematório, o que causou estranheza e suspeitas até da empreiteira chamada a construí-lo. Este projeto de cremação dos cadáveres de indigentes, do qual só se tem notícia através da memória dos sepultadores, foi abandonado em 1976. As ossadas exumadas em 1975 foram amontoadas no velório do cemitério e, em 1976, enterradas numa vala clandestina.⁷

O tema da Vala de Perus é ainda um assunto pendente na política institucional brasileira, com uma lei de anistia que não possibilita o julgamento dos torturadores, assim

⁵ MORI, Letícia. Vida e morte na periferia. In: Revista Babel, 2011. <http://www.eca.usp.br/babel/antes/index3.php?tema=Espera&id=17>

⁶ RUSSO, Rodrigo. Cemitério dos homicídios. In: Jornal Folha de SP, 7 de julho de 2016. <http://temas.folha.uol.com.br/cemiterio-dos-homicidios/introducao/cemiterio-na-zona-sul-de-sp-tem-funcionario-com-colete-a-prova-de-balas-e-divisao-de-torcidas-em-enterro.shtml>

⁷ TELES, Edson. Vala de Perus. In: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=39>

como a existência dos cemitérios como o São Luiz que, apesar das listas de sepultamento, dão conta de uma luta de classes que se dá também na esfera do apagamento de rastros de milhares de pessoas consideradas “indigentes”.

As técnicas de desaparecimento assumirão uma centralidade ainda maior nas técnicas de governo do século XXI, quando se presencia a emergência de uma criptopolícia (um criptopoder, em certo sentido), cujo paradigma não está mais no conceito de território, - que implicava a presença e gestão de massas populacionais -, mas de fluxos desterritorializados de informação baseados em algoritmos, na criptografia, no georreferenciamento via satélite e na tecnologia digital em nuvem.

A passagem das sociedades populacionais de controle às sociedades do desaparecimento é concomitante à passagem de um modelo territorial analógico de produção e gestão para a des-localização do próprio agenciamento governamental, onde o descentramento e amálgama entre aparatos estatais e instituições financeiras comporão majoritariamente a própria “deep web”. Os algoritmos, a criptografia e os metadados tomam o lugar das performances discursivas e da dimensão linguageira e representacional da política analógica. É tempo de disseminação das servidões maquínicas (Lazzarato), do capitalismo como operador de metadados abstratos, crípticos, um sistema em redes não territoriais para os “usuários” (reconhecidos biometricamente), mas defendido por aparatos militares em seus respectivos “centros”. Mas os ladrões de agências físicas de banco tendem a se tornar personagens do passado.

Os limites do paradigma de governo populacional já estavam implícitos no nascimento moderno da Estatística, quando, em 1885, o estatístico norueguês Andres Nicolas Kiaer defendeu o uso da amostragem e o método da representatividade em levantamentos estatísticos, na ocasião da reunião do Instituto Internacional de Estatística em Berna, Suíça. A amostragem é uma prótese para elidir o irrepresentável de uma população, mas também é sintomática de um tipo de organização de massas baseada em processos que tendem à previsibilidade. Sociedade baseadas na precarização típica das formas de produção pós-toyotistas, - automatizadas, não mais geridas nos encarceramentos da casa, da escola e da fábrica - mostraram o fracasso do dispositivo estatístico da amostragem. Seja como for, é apenas nos conflitos armados e catástrofes ambientais dos séculos XX e XXI que os próprios Estados nacionais e organismos internacionais reconhecem o fracasso de se contabilizar efetivamente a totalidade das vítimas e desaparecidos em acontecimentos multitudinários, ou com consequências que avançam para muito além destes eventos, como o acidente nuclear de

Chernobyl, ocorrido em 26 de abril de 1986,⁸ ou o acidente nuclear de Fukushima Daiichi, em 11 de março de 2011, sendo impossível precisar vítimas e atingidos, dado que muitas mortes por câncer ocorreram ou ocorrerão muito tempo depois dos acidentes.

O relatório anual “Tendências Globais” (“Global Trends”), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que registra o deslocamento forçado ao redor do mundo com base em dados puramente oficiais (dos governos ou órgãos da própria ONU), aponta um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até o final de 2015 (este número tende a aumentar drasticamente em 2016). A conclusão do relatório, sintomática do paradigma das sociedades do desaparecimento, afirma que 1 a cada 113 pessoas no mundo é refugiada (solicitante de refúgio, ou refugiado interno, ou refugiado em sentido estrito).⁹

Certamente são números muito inferiores aos efetivamente existentes, dado que muitos refugiados simplesmente morrem em sua fuga ou vivem em situações de clandestinidade. Cerca de 9,5 milhões de sírios, ou metade da população do país, saíram do território desde a eclosão da Guerra Civil Síria, em março 2011, sem contar refugiados internos, presos e simplesmente mortos. A própria ONU classificou a situação síria como "a maior emergência humanitária da nossa era", reconhecendo oficialmente a impossibilidade de contabilizar o número de mortos e desaparecidos.

Se o local próprio da governamentalidade biopolítica foi a metrópole, ou seja, o espaço urbano que se estabeleceu com a passagem do poder territorial da antiga soberania à governamentalidade biopolítica (que ainda era um governo dos homens e das coisas), o novo espaço das sociedades de desaparecimento é o *no mans land* - a terra de ninguém – das necrópoles¹⁰, termo que em grego designavam apenas os cemitérios, νεκρόπολις (literalmente, "cidade dos mortos", ou os campos santos na Idade Média), mas que e hoje podem designar o *locus* específico de atuação de um poder de defesa que transforma os antigos territórios da cidade e da metrópole em locais de desova e ocultação de cadáveres.

Agamben menciona que em 1937, em um congresso secreto, Hitler proclama a necessidade de estabelecer na Europa centro-oriental um *volkloser Raum*, um espaço sem povo (Agamben, 2008, p. 91). *Territórios sem povo*, muito antes de designar uma intensidade

⁸ Cf. Vozes de Tchernóbil, de Svetlana Aleksievitch

⁹ Cf. <http://www.unhcr.org/576408cd7>

¹⁰ O termo necrópoles é utilizado por Jeff Chang para designar o distrito do Bronx após os combates iniciados em 13/07/77. Após um blackout, os comerciantes se armaram com medo de saques. sucederam-se 36 horas de luta, prisioneiros pondo fogo nas celas, fogo em vários lugares e as lojas sendo saqueadas. Ponto de viragem entre assassinato de Malcom X's e o chamado às armas do Public Enemy's, este evento é analisado em detalhes em CHANG, J. Can't stop, won't stop: a history of the hip-hop culture. New York: St. Martin's Press, 2005.

biopolítica, como o quer Agamben, expressam a insígnia das sociedades de desaparecimento, territórios de obturação e apagamento da memória histórica, seja na distopia tornada efetiva de áreas do território sírio e do Iraque, mas também na zona de exclusão de Chernobyl¹¹, nas margens do Rio Doce ou nas cidades construídas para atingidos por grandes barragens, no Brasil. *VolkloserRaum* tornam-se as próprias grandes cidades ocidentais no momento em que estados de emergência são declarados. Trata-se não mais de gerir populações, mas defender territórios, em uma mutação drástica das questões de segurança, típicas das sociedades de população, para questões de defesa, em uma nova configuração inclusive para a guerra: drones, soldados robóticos, operações via satélite, *signals intelligence* (a criptopolícia de agências como a NSA, baseada em intercepções virtuais e na criptoanálise). Não mais o território demarcado por populações, e muito menos do território cultural, antropológico ou geográfico, mas pura e simplesmente do território planetário, um não-lugar virtualizado em uma tela plana e escrutinado por satélites ou pelo próprio *google earth*. Sociedades de desaparecimento como a emergência de novos bunkers.

Limiar conclusivo

As sociedades punitivas e disciplinares, sujeitavam sujeitos, corpos.

As sociedades de controle, governo de populações.

As sociedades do desaparecimento prescindem de populações. Podem ser vistas como a concretização fantasmagórica de sociedades pós-ideológicas: seu paradigma não é a representação legitimada por protocolos de consenso, mas as sociedades secretas de poder, como as sociedades econômicas criminais: para compreender a atuação de dispositivos como a *troika* no contexto das políticas de austeridade na União Europeia (a tríade formada por Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional), ou a centralidade dos aparato judiciário-policial no contexto brasileiro recente, é preciso abandonar os clássicos da filosofia política moderna e analisar comparativamente a dinâmica interna dos grandes cartéis criminosos que hoje atuam no mundo. Nas sociedades do desaparecimento, a *askesis* do empresário de si é substituída pela psicopatia do especulador. Ainda estavam em questão nas sociedades disciplinares e biopolíticas, os processos de subjetivação. As sociedades do desaparecimento prescindem de subjetivações, porém não apenas por que produzam dessubjetivações, tal como a hipótese agambeniana em torno dos dispositivos

¹¹ Cf <https://www.theguardian.com/century/1990-1999/Story/0,6051,112665,00.html>

contemporâneos. Em um capitalismo disfuncional e fundado no precariado, torna-se possível para grandes corporações e aparatos de poder manterem-se a despeito das eventuais insurgências puramente políticas, e também a despeito da criação de corpos dóceis. O conceito moderno de revolução estava atrelado a um modelo de produção em que a figura do trabalhador é indispensável. No contexto de automação e do fim do emprego, na proliferação de condições de trabalho neo-escravistas e precarizadas, torna-se muito difícil pensar gestos de revolta, situados no campo da produção, que ainda possam abalar, estruturalmente, aparatos policiais-governamentais. A defesa, com a superfluidades dos novos dispositivos da guerra e da criptopolícia, assume o lugar da segurança como técnica governamental privilegiada.

Será a “vida nua” - a vida exposta à violência soberana -, tal como propõe Agamben, ou a “vida que não deixa rastros”, o impensado da governamentalidade contemporânea? A vida que, nas palavras de Benjamin, “sem monumento e sem lembrança, mesmo sem testemunho, deveria ser inesquecível.”¹² As kalashnikov dos soldados de Bashar al-Assad ou de Abu al-Baghdadi, ou os mísseis de Obama, Hollande ou Putin não matam milhares de civis devido a uma tradição teológico-política “de submissão da vida biológica ao poder soberano de vida e morte”, mas simplesmente porque, na maior parte dos casos, a biografia das vítimas, sua *timé*, que não se restringe e nunca se restringirá às suas “meras vidas” (“Das bloße Leben”), terá grandes chances de ser silenciada ou apagada ou, nos vastos confins do esquecimento, tornar-se uma mera cifra polêmica que não conduzirá ninguém às lágrimas.

Entre 1915 e 1917 milhares de armênios foram massacrados pela Turquia (antigo Império Otomano), no que ficou sendo conhecido o primeiro genocídio do século XX. Se apócrifa ou não, é extremamente sintomática a frase de Hitler, ao justificar a invasão da Polônia em 1939 e, de certa forma, a Shoah como um todo: “Afinal, quem lembra hoje do extermínio dos armênios?” Genocídios perpetrados na confiança da escassa memória dos pósteros e do número incerto ou desconhecidos das vítimas, ocasionados por atos de encobrimentos, revisionismos, ou deliberado desaparecimento, são umas das principais marcas do novo modelo de governo do mundo.¹³

¹² “Do príncipe Michkin (...) pode-se dizer que sua pessoa se retira para detrás de sua vida, como a flor para detrás de seu perfume ou a estrela para detrás de sua cintilação. A vida imortal é inesquecível, esse é o sinal que nos permite reconhecê-la. É a vida que, sem monumento e sem lembrança, mesmo sem testemunho, deveria ser inesquecível. Não pode ser esquecida. Esta vida permanece, por assim dizer, sem recipiente e sem forma, imperecível.” BENJAMIN, Walter. O idiota de Dostoievski. (trad. Suzana K. Lages). In: Escritos sobre mito e linguagem. (Org. Jeanne Marie Gagnebin). São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2011. p. 78

¹³ A jungle de Calais é muito sintomática dos argumentos aqui apresentados: trata-se não de gerir um campo, mas do objetivo, por parte das autoridades francesas de fazê-lo desaparecer.

Mas toda história, mesmo a história benjaminiana dos vencidos, não será mais apenas uma rede rota de pescador jogada na imensidão de um oceano formado por esquecimento e anonimato? As sociedades do desaparecimento exigem uma contra-história do inesquecível.

Por isso a insuficiência de toda relação com o esquecido que se limite simplesmente em restituí-lo à memória, de inscrevê-lo nos arquivos e monumentos da história ou, no limite, construir para este uma outra tradição e uma outra história, aquela dos oprimidos e dos vencidos, que se escreve com instrumentos diversos daqueles das classes dominantes, mas que não difere substancialmente desta. Contra esta confusão, ocorre recordar que a tradição do inesquecível [*tradizione dell'indimenticabile*] não é uma tradição – ela é, ao contrário, o que marca todas as tradições com um selo de infâmia ou de glória e, às vezes, com os dois ao mesmo tempo. O que torna histórica cada história e transmissível cada tradição é somente o núcleo inesquecível que ela porta dentro de si. A alternativa aqui não é entre esquecer ou recordar, inconsciência ou tomada de consciência: decisiva é apenas a capacidade de permanecer fiel àquilo que – enquanto incessantemente esquecido – deve permanecer inesquecível, exige de algum modo permanecer conosco, de ser ainda – para nós – de alguma maneira possível. Responder a esta exigência é a única responsabilidade histórica que me sentiria capaz de assumir incondicionalmente.¹⁴

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Quel che resta di Auschwitz: l'archivio e il testimone*. Torino: Bollati Boringhieri, 1998.

BENJAMIN, Walter. *O idiota de Dostoievski*. (trad. Suzana K. Lages). In: *Escritos sobre mito e linguagem*. (Org. Jeanne Marie Gagnebin). São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2011.

CHANG, J. *Can't stop, won't stop: a history of the hip-hop culture*. New York: St. Martin's Press, 2005.

DELEUZE, Gilles. Gilles Deleuze. *Qu'est-ce que um acte de création?* In: *Deux Régimes de Fous: Textes et Entretiens (1975-1995)*. Paris: Ed. De Minuit.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Segurança, Território, População (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Il tempo che resta*. pp. 43-44.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. São Paulo: N-1, 2014.

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. *Breve História da Estatística*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

MORI, Letícia. *Vida e morte na periferia*. In: Revista Babel, 2011.
<http://www.eca.usp.br/babel/antes/index3.php?tema=Espera&id=17>

RADFORD, Tim. *Inside the forbidden forests*. In: *The Guardian*, 18 November 1993.

RUSSO, Rodrigo. *Cemitério dos homicídios*. In: Jornal Folha de SP, 7 de julho de 2016. <http://temas.folha.uol.com.br/cemiterio-dos-homicidios/introducao/cemiterio-na-zona-sul-de-sp-tem-funcionario-com-colete-a-prova-de-balas-e-divisao-de-torcidas-em-enterro.shtml>

TELES, Edson. *Vala de Perus*. In: *Dossiê - Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. 2002 – 2007*. In: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=39>